

Grandes partidos não querem adiar recesso

6 JUN 1989

JORNAL DE BRASÍLIA

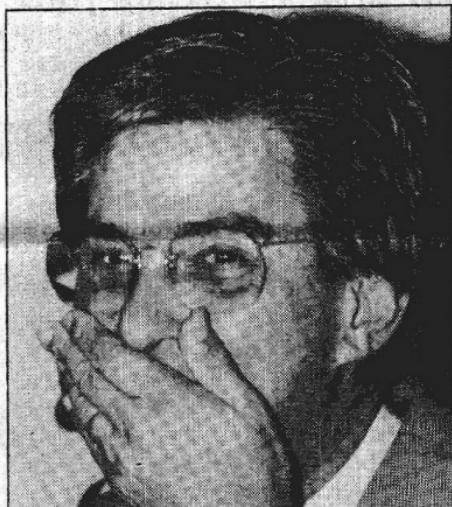
Os líderes do PFL e do PDS na Câmara, José Lourenço e Amaral Neto, manifestaram-se, ontem, contrários à convocação extraordinária do Congresso em julho, para a votação de leis complementares à Constituição, conforme proposta dos líderes do PT, Plínio de Arruda Sampaio, e do PSDB, Euclides Scalco. O líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, que sexta-feira admitiu concordar com o funcionamento do Legislativo em julho, reconheceu, ontem, que "são grandes as dificuldades" para viabilizar a convocação.

Amaral Neto procurou o presidente da Câmara, Paes de Andrade, para "ponderar a inconveniência da convocação extraordinária", por estar convencido de que nesse mês — que normalmente é de recesso — não há qualquer possibilidade de reunir quorum para a votação das leis complementares. Para o líder pedessista, a convocação extra em julho nessa circunstância só contribuiria para agravar o desgaste do Congresso, até porque teria de haver pagamento de ajuda de custo, "e isso certamente seria explorado pela imprensa".

Com a concordância do seu vice-líder Gerson Peres, Amaral Neto observou que poucos parlamentares abrirão mão do recesso e por isso é preferível "tentar votar alguma coisa" em agosto. Entende o líder do PDS que, se for possível votar algum bloco de leis complementares este ano, que se dê prioridade às de caráter social.

Perguntado o que achava da convocação extra em julho, o líder pefelistas José Lourenço primeiro apelou para a ironia: "O país está parado por falta de leis. Então vamos fazer mais leis". Depois, manifestou-se frontalmente contrário à convocação, afirmando que algumas leis complementares que vêm sendo cogitadas poderiam, in-

Leandro Abreu 8.3.89



Ibsen: dificuldades à vista

clusive, contribuir para o aumento das despesas públicas.

Ibsen Pinheiro afirmou que a convocação extraordinária só seria recomendável se, nas próximas semanas, os Partidos chegassem a um acordo sobre uma pauta básica de votação, o que demonstrou ser difícil acontecer. O líder peemedebista também procurou demonstrar que certas leis complementares devem passar por um processo de maior amadurecimento, citando como exemplo a relativa à regulamentação do direito de greve. "Se a lei tivesse sido feita logo depois da promulgação da Constituição — acrescentou — não teríamos colhido a experiência que resultou do grevismo dos últimos meses".

Essa idéia de "maior maturação" das leis complementares já havia sido defendida, no último fim de semana, pelo líder do governo na Câmara, Luiz Roberto Ponte, ao demonstrar desinteresse em apressar a regulamentação da Constituição, posição que, segundo o deputado Osvaldo Lima Filho é majoritária nas forças conservadoras do Congresso.